

“Constituinte, só se for legítima”, exige Mário Covas

DO SERVIÇO LOCAL E DA SUCURSAL

O ex-deputado Mário Covas, presidente estadual do extinto MDB, afirmou ontem que a Assembléia Nacional Constituinte “é uma reivindicação presente na sociedade brasileira, mas é preciso que ela seja legitimada adequadamente, sob regime de liberdade partidária, de livre organização política e convocada especificamente para este fim, sob o império de um processo eleitoral legítimo”.

Segundo Covas, “evidentemente o Congresso Nacional tem sempre prerrogativas de oferecer reformas constitucionais, mas não se deve confundir, entretanto, o aperfeiçoamento episódico e parcial — ainda que eventualmente positivo — de certos aspectos da Constituição, com a formulação de um pacto social que uma Assembléia Nacional Constituinte representa”.

“Este pacto social — prosseguiu — só representará a realidade sócio-política nacional, na medida em que, sob regime de liberdade, os vários segmentos sociais puderem dispor livremente do Colégio Eleitoral destinado especificamente a elaborá-lo. E inegável, com a ressalva dos bionicos, a legitimidade dos mandatos parlamentares, mas reitero que o pacto social, verdadeiramente expresso por uma nova Constituição, deve ser precedido, para não nascer deformado, de uma total possibilidade e liberdade para que todos os setores sociais possam nele fazer-se representar”.

PMDB MAIS AUTÊNTICO

Quanto ao futuro do partido sucedâneo do MDB em São Paulo, que conta hoje com uma bancada de 37 dos 53 deputados estaduais que possuía, Covas afirmou que ele nasce “sob o impacto de uma nova realidade. E essa nova realidade a nível de sua bancada estadual, por exemplo, embora signifique uma diminuição numérica acentuada, tem, por outro lado, a virtude de assegurar uma identidade muito maior com as origens populares e oposicionistas que a formaram”.

“A própria mudança da expressão numérica — salientou o ex-deputado — a levou a atuar de forma conseqüente com esse fato, reciclando a sua ação parlamentar que passa a ser de perfeita unidade. Além disso, o fato de instrumentar suas decisões mediante um processo altamente democrático, internamente, com respeito as decisões da maioria de seus membros, encurta as distâncias políticas entre seus integrantes e oferece sempre a perspectiva de uma vontade única, capaz de se desdobrar numa ação altamente positiva”.

“Os primeiros passos dessa bancada do novo MDB (a obstrução da votação do ICM, caso o governador Paulo Maluf não conceda aumento ao funcionalismo) são um atestado eloquente de que o povo paulista vai contar efetivamente com um partido ágil, dinâmico e compromissado com os anseios e aspirações populares”, finalizou.

UMA RESTRIÇÃO

Apesar de apoiar a tese do ministro da Justiça, Petrônio Portela, de que a atual Constituição deve passar por uma revisão integral no Congresso, o senador Mendes Canale (Mato Grosso do Sul), que trocou a Arena pelo Partido Popular (PP), disse ontem que “seria melhor deixar essa revisão para 1983 e não 1982.”

Explicou o senador Canale que a revisão feita no ano seguinte pelo Congresso eleito em 1982 “teria legitimidade maior, pois a representatividade dos senadores e deputados estaria mais fortalecida do que a dos atuais congressistas, os quais, em 1982, estariam já no último ano de mandato conferido pelo povo.”

Reconheceu, porém, que ao governo seria mais conveniente realizar a revisão



Covas reivindica a representação de todos os segmentos sociais.

constitucional antes das próximas eleições parlamentares “pois, por enquanto, o governo pode não ter assegurado a maioria da Câmara, mas estará chegando perto, sendo que, depois do pleito de 1982, o partido do governo, tudo indica, terá significativa minoria parlamentar.”

CRISE ECONÔMICA

Acrescentou o senador Mendes Canale que “diante da dificuldade econômica enfrentada pelo Governo nos próximos anos ninguém tem dúvida de que a bancada do seu partido será a sacrificada, pagando pela incompreensão do povo diante do custo de vida, da gasolina e dos salários, enquanto, por outro lado, as legendas de oposição como o nosso Partido Popular tendem a crescer diante da crise”.

“Então, o que seria a revisão constitucional feita por um Congresso em fim de mandato? Talvez não passe de um golpe branco do Governo para aproveitar a última oportunidade capaz de viabilizar uma Constituição que acate integralmente as suas idéias.”

A propósito das idéias do Governo, ponderou o senador Mendes Canale que, de qualquer forma, o provável esforço governamental para negociar uma revisão constitucional “será prejudicado desde que não foi cumprido o acordo que fizemos para a votação no Congresso, em novembro, da sublegenda, quando esta foi rejeitada pelos parlamentares, e agora é restabelecida pelo veto presidencial”.

SUBLEGENDA

“Aliás, já estão dizendo que o Governo não deseja a sublegenda completa, o que ocorre com o veto, e por isso pode mandar um projeto ao Congresso tornando o seu uso restrito aos municípios, como estava na reforma partidária. Nós, porém, preferimos aprovar a proposta de emenda constitucional do senador Afonso Camargo (Paraná), do nosso partido, que proíbe a sublegenda em todos os níveis. E creio que teremos o apoio de outros partidos para aprovar a emenda.”

Finalmente, afirmou Canale, que o ministro Petrônio Portela não deve ter apoio integral no Congresso para a revisão constitucional em 1982, pois o líder do Governo no Senado, Jarbas Passarinho, defendeu na sexta-feira a tese de que o trabalho fosse realizado em 1983 pelo Congresso eleito no ano anterior:

“Portanto, fica evidente que a nossa tese pela revisão em 1983 tem respaldo no próximo Governo.”